

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.656.588 - PR (2020/0022350-4)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : REGINA MARIA AMÂNCIO
ADVOGADO : SORAIA ARAUJO PINHOLATO - PR019208
AGRAVADO : AMAURI ESCUDERO MARTINS
ADVOGADO : VALTER AKIRA YWAZAKI - PR041792

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por REGINA MARIA AMÂNCIO, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SENTENÇA QUE JULGOU PROCEDENTES OS PEDIDOS INICIAIS.

1. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE.

2. OFENSAS AO AUTOR PROFERIDAS EM DENÚNCIA CONTRA TERCEIRA PESSOA, PROTOCOLADA JUNTO A OAB. DISTRIBUIÇÃO DE CÓPIAS DA DENÚNCIA AO PÚBLICO NO CENTRO DA CIDADE EM QUE RESIDEM AS PARTES. ATUAÇÃO POLÍTICA DO AUTOR COMO ASSESSOR PARLAMENTAR. DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO VERSUS DIREITO À HONRA. VIOLAÇÃO DA HONRA E DA IMAGEM DO AUTOR. EXCESSO NO EXERCÍCIO DO DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO. IMPUTAÇÃO DE CONDUTAS OFENSIVAS E CRIMINOSAS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA FONTE E/OU DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES REPRODUZIDAS NA PUBLICAÇÃO. ATO ILÍCITO CONFIGURADO. QUANTUM ARBITRADO QUE ATENDE À TRÍPLICE FUNÇÃO A QUE SE DESTINA A INDENIZAÇÃO. SENTENÇA MANTIDA.

3. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. MAJORAÇÃO. ARTIGO 85, §11, NCPC. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO (fls. 372/373).

Alega divergência jurisprudencial, no que concerne ao não cabimento de indenização por danos morais em favor do recorrido, uma vez que ausentes seus elementos caracterizadores. Aponta como paradigmas: 1) o acórdão do TJRS que julgou a apelação cível n. 70074445875; 2) o acórdão do TJDF que julgou os embargos de declaração nos embargos infringentes na apelação cível n. 19990110396909; e 3) o

acórdão do TJRS que julgou a apelação cível n. 70059883736. Traz os seguintes argumentos:

[...] É CERTO QUE A HONRA E A IMAGEM DO RECORRIDO JÁ ESTAVAM MANCHADAS.

Além disso, a Recorrente NÃO OFENDEU O RECORRIDO.

Apenas criticou os atos por ele praticados perante o SINDSERV e a sua atitude durante a greve dos funcionários municipais de Londrina.

Ainda, o Recorrido **não provou o ABALO MORAL sofrido** pelo ato praticado pela Recorrente, estando **ausente, portanto, o NEXO CAUSAL**, obrigatório para as ações de indenização.

Por essa razão indevida a condenação da Recorrente, motivo pelo qual se interpõe o presente recurso (fl. 430) – negritei.

A decisão do E. Tribunal "a quo" contrariou o entendimento predominante dos Tribunais.

Como acima mencionado, o **Recorrido NÃO provou o abalo moral sofrido em razão do ato praticado pela Recorrente**.

É certo que as imputações ao recorrido não passaram de mero dissabores.

Além disso, **NÃO HOUVE PROVA DO NEXO CAUSAL**, requisito essencial quando o dano não for puro, como no caso em tela [...] – (fl. 431) - negritei.

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar com precisão quais dispositivos legais seriam objeto de dissídio interpretativo, o que atrai, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nessa linha, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que, “uma vez observado, no caso concreto, que nas razões do recurso especial não foram indicados os dispositivos de lei federal acerca dos quais supostamente há dissídio jurisprudencial, a única solução possível será o não conhecimento do recurso por deficiência de fundamentação, nos termos da Súmula 284/STF” (AgRg no REsp n. 1.346.588/DF, relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, DJe de 17/ ,

Ademais, no que concerne ao dissídio jurisprudencial, não se revela cognoscível a interposição do apelo nobre com base na alínea "c", do art. 105, inciso III, da Carta Magna, quando a demonstração do dissídio interpretativo se restringe à mera

Superior Tribunal de Justiça

transcrição de ementas, sendo absolutamente indispensável o efetivo cotejo analítico entre o aresto impugnado e os acórdãos paradigmas, declinados ao exame da identidade ou similitude fática entre estes, nos moldes legais e regimentais, mister não desincumbido pelo postulante no caso em apreço.

Na mesma direção, já se pronunciou o Superior Tribunal de Justiça: "É entendimento pacífico do STJ que a parte deve proceder ao cotejo analítico entre os julgados confrontados e transcrever trechos dos acórdãos que configurem o dissídio jurisprudencial, sendo insuficiente a mera transcrição de ementas. (AgInt no AREsp n. 945.538/AL, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe 20/11/2017).

Nesse sentido, os seguintes julgados: AgInt nos EREsp 1.416.320/SE, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Seção, DJe 27/2/2019; AgInt nos EAREsp 407.728/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Segunda Seção, DJe 18/4/2018; AgRg no AREsp 692.989/PE, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 19/2/2019; AgInt nos EAREsp 313.624/MG, relator Ministro Francisco Falcão, Corte Especial, DJe 28/9/2018; e AgRg nos EAREsp 1.061.728/PE, relator Ministro Sebastião Reis Júnior, Terceira Seção, DJe 15/8/2017.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente